

ANÁLISE DOS TEMPOS DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA A PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE

CLAUDIA MORAES DAL MOLIN¹; MARTA NÖRNBERG²

¹*Universidade Federal de Pelotas – claudinha_dalmolin@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – martaze@terra.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a temática dos tempos em sala de aula bem como discute seu modo de organização na escola. A problemática surgiu a partir do estágio acadêmico em docência compartilhada, realizado em uma turma de primeiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Pelotas, durante o primeiro trimestre letivo de 2015.

O objetivo principal do trabalho é refletir sobre o tempo de permanência dos alunos na escola como garantia do direito à aprendizagem e, também, do cumprimento da carga horária mínima determinada por lei, visando a qualidade da educação. Este tempo, se não for bem aproveitado, poderá influenciar no resultado final da aprendizagem dos alunos, inclusive, podendo ter como consequência a contribuição para o sucesso ou insucesso de trajetórias escolares e, ainda, prejudicar a garantia dos principais direitos dos quais as crianças devem desfrutar.

Visto que algumas políticas governamentais têm como objetivo aumentar o tempo diário de permanência dos alunos na escola – como a educação integral –, através do investimento em programas como o Mais Educação, torna-se válida a discussão sobre a garantia e cumprimento do tempo mínimo de permanência na escola para que, neste período, sejam garantidos os direitos dos alunos enquanto crianças e adolescentes.

Garantir que as crianças permaneçam na escola durante o tempo mínimo exigido por lei (LDBEN nº 9.394/96) é tarefa da escola e dos professores. A garantia de carga horária está inclusa no direito que as crianças têm à aprendizagem (ECA – Lei nº 8.069/90) que, por sua vez, não ocorre sem o comprometimento e a responsabilidade de garantia do seu cumprimento integral.

A qualidade da educação é abordada neste trabalho, principalmente, ao tratar dos modos como o tempo cronológico deve ser utilizado em sala de aula, as rotinas que são estabelecidas nas escolas e o que precisa ser tratado como prioridade. Corroboram os estudos de EMMEL (1996) abordando sobre a importância do recreio no período inicial da escolarização.

Outros estudos contribuem para a compreensão do tema deste artigo, como os de autores cujas pesquisas mostram o quanto o não cumprimento destas quatro horas diárias de permanência na escola pode prejudicar a aprendizagem, especialmente em turmas de alfabetização. Entre os estudos, citamos os trabalhos de DAMIANI (2006), CAVALIERE (2007), FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2009), CRUZ e ALBUQUERQUE (2011).

2. METODOLOGIA

A ideia de discutir sobre a organização do tempo escolar, articulado ao direito à aprendizagem e à qualidade da educação, surgiu após a releitura dos diários de classe de estágio, momento em que foram observados alguns aspectos. Os diários, além da descrição do planejamento conduzido, apresentam algumas observações a

respeito do horário de término das aulas e, também, outras interferências que ocorriam durante o tempo de aula que impediam a realização de algumas das atividades planejadas. Estas observações foram registradas pelas duas componentes da dupla de estágio e, posteriormente, comparadas para que não ocorresse nenhum equívoco. Ao analisar estas anotações, houve uma inquietação com a quantidade de horas perdidas e, ao contabilizar todas, chegou-se à conclusão de que os alunos perderam não apenas horas, mas dias de trabalho que poderiam ter sido melhor aproveitados.

Para busca do aporte teórico, as principais ferramentas de busca foram plataformas de pesquisa como Google Acadêmico, Scielo e sites de universidades, além de documentos oficiais disponibilizados em portais do governo federal. Foram encontrados estudos que trazem resultados de pesquisas acadêmicas, publicações em periódicos e capítulos de livros abordando a temática do tempo escolar. Para encontrar tais arquivos, foram utilizadas palavras-chave: jornada escolar, rotinas em sala de aula, tempo em sala de aula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os 67 dias de estágio, ocorreram interrupções na rotina das aulas. Muitas delas, similares às citadas por Damiani (2006): no horário da merenda, que variava todos os dias, não era dada importância ao que estava sendo feito no momento em sala de aula. Aí já se perdiam preciosos minutos, pois até que todos voltassem para a sala e ocorresse a retomada do assunto/conteúdo, passava-se um bom tempo. O espaço destinado ao refeitório da escola é pequeno e comporta apenas uma turma por vez. Sabe-se que muitos acontecimentos dentro de uma escola não dizem respeito apenas à administração do tempo. Muitas vezes a questão vai além, como neste caso, que é estrutural. Ou seja, é necessária a melhor organização do tempo e dos espaços para que nenhum dos lados saia prejudicado.

A administração do tempo e o calendário escolar variam de escola para escola de acordo com suas peculiaridades e, também, de região para região, como previsto na LDBEN. Durante o estágio, sempre que chovia, o pátio da escola ficava com inúmeras poças de água e, então, nestes dias, não era garantido tempo de recreio aos alunos e eles saíam meia hora mais cedo, já que não havia espaço coberto que comportasse todos os alunos. Entretanto, observou-se que quase todas as turmas, principalmente do ciclo de alfabetização, interrompiam o trabalho pedagógico e realizavam um recreio dentro da própria sala de aula.

Nos primeiros três dias de aula teve o período de adaptação dos alunos: a aula iniciava às 13h30min e terminava às 15h30min. Só nestes três dias, foram 6 horas de trabalho voltado ao aprendizado que não foram cumpridas, embora o tempo após a saída das crianças tenha sido destinado às reuniões com os professores. Nas semanas que se seguiram, devido a um problema no pátio, que se encontrava em manutenção, não foi dado recreio aos alunos durante 13 dias seguidos e, nestes dias, os alunos foram liberados mais cedo da aula, às 17 horas. Ou seja, com meia hora de trabalho a menos, por dia, chegou-se a um total de 6 horas e meia sem aula, em treze dias.

Embora o horário da merenda fosse realizado mesmo nestes dias de saída mais cedo, as crianças não tinham tempo para “descansarem” das atividades de sala de aula, pois iam para a merenda, merendavam e já retornavam para a sala. Neste sentido, o trabalho pedagógico ficava prejudicado, pois caso lhes fosse permitido um tempo de descontração, estaria sendo perdido tempo de aprendizagem

que lhes é de direito; mas, ao mesmo tempo, as atividades não rendiam, devido ao cansaço das crianças, por terem uma tarde inteira sem um tempo para extravasar as energias.

O fato da reforma no pátio ter sido realizada no início do ano letivo prejudicou o andamento das aulas. Embora houvesse o conhecimento de que o horário seria reduzido durante a manutenção no pátio, foi preciso reorganizar a rotina da aula e, em todos esses dias, sobraram atividades do planejamento feito. Percebe-se aqui outro aspecto que não diz respeito à administração do tempo apenas por parte da escola – pois abrange outras instâncias (disponibilização de material, maquinário e também de funcionários) – mas que poderia ter sido pensado levando em conta o período em que as crianças estavam em férias, o que ajudaria a não prejudicar o andamento das aulas, já que a preocupação com a qualidade da educação não parte apenas da escola, mas também do órgão mantenedor ao qual pertence e a administra.

Outro momento em que não havia recreio era nos dias de chuva, nos quais o pátio ficava molhado, impossibilitando o uso daquele espaço e fazendo com que os alunos também fossem liberados meia hora mais cedo. Um total de cinco dias, totalizando 2 horas e meia. Aqui pode ser problematizada a possibilidade das crianças terem o horário de aula normal e o recreio ser realizado em sala de aula, na companhia do professor. Na maioria destes dias sem recreio, o trabalho pós 15h30min tornava-se cansativo para os alunos e, por isso, era necessário, para o bom andamento do restante da aula, ter alguns minutos para que fizessem um mini recreio, ou seja, os 30 minutos a menos que tinham de aula se transformavam em 40 ou 45 para que fosse possível dar sequência nas atividades e estas tivessem um bom aproveitamento. Caracteriza-se esse tempo, também, como direito das crianças, além do lazer, a ludicidade e o descanso.

Em síntese, essas 15 horas relativas à dispensa em função do recreio e da reforma do pátio somam-se às outras 11 horas de aprendizagem perdidas, referentes às reuniões com pais, reuniões pedagógicas, assembleias de municipários, paralisações, festividades (que as crianças do ciclo de alfabetização não participaram) e desenvolvimento de projetos realizados em horários de aula e que as crianças foram dispensadas.

Preocupa também o fato de o segundo trimestre letivo ser em uma época do ano bastante chuvosa na região, ou seja, se a administração deste tempo não for reorganizada, serão muitas horas desperdiçadas ao longo de dois trimestres e, isso, pode ter como consequência um prejuízo à aprendizagem. Seria interessante a adoção de uma estratégia bastante utilizada em regiões prejudicadas pelas épocas de cheias, por exemplo, que é a disponibilização de materiais e atividades extraclasse para que as crianças levem para casa e de alguma maneira, este tempo possa ser recuperado, em parte, caso não possa ser recuperado em sua integralidade no ambiente próprio.

Contabilizou-se então, durante o trimestre, 26 horas perdidas, ou 6 dias e meio de trabalho desperdiçados em uma turma de alfabetização, em um trimestre com 67 dias letivos. Este dado é alarmante tratando-se de turmas de alfabetização, tendo em vista o direito da criança a aprender e o direito a brincar. Sendo o segundo, condicionante para a plena aprendizagem, que tem como referência, a garantia dos direitos das crianças.

4. CONCLUSÕES

Muitas crianças no Brasil ainda não têm garantido seu direito à educação. Entre os motivos estão as condições sociais e de moradia. Muitas destas crianças têm contato com a alimentação e higiene adequadas apenas na escola e, por isso, a escola ainda precisará oferecer atividades assistenciais. No entanto, esse papel não pode se sobressair ao papel principal da escola, que é a educação. Para isso, o tempo que a criança está dentro da escola deve ser organizado de tal modo a comportar o atendimento às suas necessidades, mas que nenhuma seja prejudicada em detrimento da outra.

A experiência docente, através do estágio compartilhado, foi de extrema importância, pois permitiu perceber o quão dinâmica uma escola precisa ser e quantas necessidades ela precisa atender ao mesmo tempo, mas sem deixar nenhum lado prejudicado e, isso tudo, só consegue perceber quem está inserido em tal meio.

Entende-se que para proporcionar uma educação de qualidade não é fator determinante ter estrutura física na escola, com recursos dos mais variados e modernizados ou, apenas garantir que o professor cumpra com seu papel fundamental que é ensinar. É necessário que a escola tenha claro seu compromisso com a garantia dos direitos das crianças, em primeiro lugar e, por consequência, cumprir com sua tarefa que é ensinar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal N° 8.069/90.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 18 de junho de 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN Lei Federal N° 9.394/96 Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 25 de maio de 2015.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 06 de junho de 2015.

CRUZ, M. S.; ALBUQUERQUE, E. B. Alfabetização e letramento no 1º ciclo: o que as crianças aprendem sobre a escrita a cada ano. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 230, p. 126-147, jan./abr. 2011. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1681/1385>> Acesso em 06 de junho de 2015.

DAMIANI, M. F. Discurso pedagógico e fracasso escolar. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 457-478, out./dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a04v1453.pdf>> Acesso em 26 de maio de 2015.

EMMEL, M. L. G. O pátio da escola: espaço de socialização. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, Fev/Ago 96. p. 45-62. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1996000100004> Acesso em 08 de junho de 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Tempo de permanência na escola. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/tpe/>> Acesso em 01 de junho de 2015.